




O ESTADO DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA E A DIALÉTICA DA GEOGRAFIA ELEITORAL


Giovanni Raimundo de
Macedo ¹

¹Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui graduação e mestrado em Geografia pela mesma universidade, além de licenciatura em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Atualmente, atua como professor na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

¹ Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

E-mail:
giovannidemacedo@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O artigo examina a proposta de Peter Taylor para a renovação da geografia eleitoral na qual o autor articula uma abordagem dialética de interpretação da geografia das votações. Essa abordagem distingue duas dinâmicas inter-relacionadas no processo político-eleitoral: a política/geografia do apoio – expressão territorial da mobilização eleitoral, dos padrões de votação e da representação política – e a política/geografia do poder – derivada dos imperativos estruturais da acumulação que orientam a ação estatal. A análise centra-se na formação do Estado Social-Democrático-Liberal (SDL), compreendido como uma síntese histórica na qual os partidos de representação procuram operar uma política congruente entre acumulação e legitimação. O sufrágio universal e o pluralismo partidário, longe de suprimirem o caráter de classe do Estado, tornam mais complexa a mediação dos conflitos interclasses (capital-trabalho) e intraclasses (frações burguesas) nas democracias capitalistas. A inteligibilidade da geografia das votações decorre de sua articulação com a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento geográfico desigual, dinâmicas que exprimem os interesses hegemônicos subjacentes à cena política.

Palavras-chave: Geografia do poder; geografia do apoio; política; eleições; conflitos de classe.

Abstract

The article examines Peter Taylor's proposal for the renewal of electoral geography, from which, it articulates a dialectical approach to interpreting the geography of voting. This approach distinguishes two interrelated dynamics in the political-electoral process: the politics/geography of support – the territorial expression of electoral mobilization, voting patterns, and political representation – and the politics/geography of power – derived from the structural imperatives of accumulation that guide state action. The analysis focuses on the formation of the social-democratic-liberal state (SDL), understood as a historical synthesis in which representative parties seek to pursue a policy congruent with both accumulation and legitimation. From this perspective, universal suffrage and party pluralism, far from suppressing the class character of the state, render more complex the mediation of inter-class (capital-labor) and intra-class (bourgeois fractions) conflicts in capitalist democracies. The intelligibility of the geography of voting stems from its articulation with the territorial division of labor and uneven geographical development, dynamics that express the hegemonic interests underlying the political scene.

Keywords: Geography of power. Geography of support. Politics. Election. Class conflicts.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, distintas tradições de pesquisas dedicaram-se a compreender os fatores determinantes do voto, investigando as motivações e os condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e institucionais que estruturam as preferências político-eleitorais e a geografia do voto. Conforme as sistematizações propostas por Figueiredo (2008) e Freire (2001), o amplo acervo destas pesquisas pode ser organizado em quatro grandes linhas de investigação: 1) *modelo sociológico*, que analisa as correlações entre estrutura social e comportamento político; 2) *modelo psicológico*, que integra a influência dos grupos de pertencimento aos atributos psicológicos individuais; 3) *modelo da escolha racional e voto econômico*, cujas motivações são vinculadas aos interesses dos indivíduos e organizadas pela relação entre oferta e demanda de bens públicos; e 4) *modelo demográfico-descritivo*, que prioriza a análise de dados agregados para identificar padrões de voto e tendências do comportamento político.

No entanto, ainda que Freire (2001) reconheça que o primeiro grande trabalho de exposição de uma "ciência eleitoral" tenha sido elaborado pelo geógrafo André Siegfried¹, a geografia eleitoral não é reconhecida como uma linha de investigação autônoma. Em sua obra, Marcus Figueiredo admite a possibilidade de constituí-la como uma eventual quinta vertente, mas opta por incorporá-la ao modelo demográfico-descritivo. Segundo o autor, "os estudos da geografia eleitoral são esparsos e não chegam a constituir um corpo teórico consolidado de explicação do comportamento político" (Figueiredo, 2008, p. 15).

Na verdade, os geógrafos têm poucas razões para nutrir ressentimentos contra sociólogos e cientistas políticos pelo tratamento marginal conferido à geografia eleitoral, pelo contrário, os impasses teórico-metodológicos da subdisciplina são amplamente reconhecidos e são objeto de tratamento no âmbito da própria geografia. Como aborda Taylor (1994, p. 215), dificilmente se poderia descrever a geografia eleitoral como uma "história de êxito". Segundo o autor, no decorrer do século XX, a subdisciplina consolidou-se por meio de um modelo de pesquisa fragmentado, que gerou um volume significativo de descobertas desconexas, incapaz de produzir generalizações sistematizadas ou de integrar os estudos em um corpo teórico unificado e coerente.

Outro problema de fundo é que o empirismo e o quantitativismo característicos da geografia eleitoral produziram, paradoxalmente, uma geografia política *despolitizada e acrítica* (Bosque, 1982). Ao tratar as eleições como objeto último de análise, como um fim em si mesmo, a geografia eleitoral passou a negligenciar os processos sociopolíticos mais amplos que influenciavam ou eram influenciados pelo processo eleitoral. Em outras palavras, embora constituísse uma subdisciplina da geografia política, a geografia eleitoral não considerava, de modo substantivo, os temas do Estado e do Poder.

É nesse sentido que Taylor (1994) conduz um debate voltado a redefinir os rumos da geografia eleitoral, questionando não apenas a fragmentação dos achados da subdisciplina, mas, sobretudo, sobre o seu caráter acrítico e despolitizado. Ao nosso ver, embora ainda

¹ O trabalho em questão foi publicado em 1913 sob o título de *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*.

insuficientemente (re)conhecida, a geografia política de Taylor (1994) oferece contribuições importantes para a construção de uma nova base teórica para a geografia eleitoral. Do mesmo modo, entendemos que seu trabalho pode aportar contribuições relevantes aos estudos eleitorais em geral, na medida em que, influenciado pela teoria política marxista, confronta as tradições pluralistas liberais e elitistas predominantes nas análises eleitorais convencionais, como aquelas representadas pelos quatro modelos de investigação sistematizados por Figueiredo (2008) e Freire (2001).

A proposta formulada pelo geógrafo Peter Taylor consiste em articular a análise da política à da economia e da sociedade, com o objetivo de desmistificar as noções predominantes na maior parte dos estudos eleitorais. Embora o autor não seja integralmente tributário da teoria marxista, constata-se a influência dessa tradição na elaboração de sua geografia política. Isso fica evidente quando contrasta as *teorias do Estado capitalista*, de inspiração marxista, com as *teorias do Estado no capitalismo*, vistas como reminiscência liberal-conservadora e como “descrições relativamente superficiais das funções do Estado” (Taylor, 1994, p. 166). Desse modo, o caráter de classe do Estado, preceito fundamental da teoria política marxista, diferencia sua abordagem das correntes pluralistas e institucionalistas, e constitui elemento central na formulação da geografia política-eleitoral.

O propósito deste trabalho é apresentar uma interpretação do modelo teórico formulado por Peter Taylor, bem como examinar a estrutura de funcionamento do processo eleitoral em um tipo específico de Estado, aqui designado como Estado Social-Democrático Liberal (SDL). Em sua abordagem, Taylor (1994) identifica a coexistência de duas dinâmicas inter-relacionadas para o entendimento da *geografia das votações*: a política/geografia do apoio eleitoral e a política/geografia do poder, cuja articulação é fundamental para compreender a democracia eleitoral em sociedades capitalistas.

ESTADO CAPITALISTA E FORMA DEMOCRÁTICA

Na conceituação marxiana, o Estado não pode ser “neutro”, à maneira pluralista², nem “independente”, conforme sustentam os institucionalistas³. Para Marx e Engels (2008), a função primordial do Estado é organizar e garantir a dominação de classe, atuando como centro do poder político da classe dominante. Embora abrangente, a concepção marxiana permite identificar a função geral do Estado – moderar e preservar a dominação de classe –, bem como evidenciar a necessária correspondência entre formas políticas historicamente assumidas e os tipos de relações

² Para os pluralistas, o Estado é o lugar na qual operam centros de poder ou agregados de grupos de interesses, sendo que nenhum deles é de fato soberano. A perspectiva parte do pressuposto de que, nas democracias, há uma composição de interesses sobrepostos, de modo que nenhuma classe social é capaz de dominar o Estado (Miliband, 1972, p. 13). Em outras palavras, o “Estado está livre”. A condução estatal, o atendimento aos grupos e até mesmo o seu reagrupamento variam conforme o governo e o partido incumbente. São as demandas-apoios dos grupos de interesse, mediados pelas elites políticas que especificam as tomadas de decisão (Dahl, 1988).

³ De modo geral, as correntes institucionalistas concebem o Estado como um “ator independente”, orientado por uma lógica interna e não como o resultado direto das forças sociais em conflito (Godin, 2003). Conforme Skocpol (1985, p. 83), o Estado é mais do que um simples “foro no qual grupos sociais formulam demandas, travam lutas políticas ou estabelecem acordos”. Assim, é a partir de seus parâmetros intrínsecos de funcionamento que se define a natureza das políticas públicas. Desse modo, não há submissão condicional do Estado aos interesses socialmente localizados. Ao contrário, como expressão do “isolamento” da burocracia, o Estado emerge como uma variável política autônoma, capaz de formular e perseguir objetivos próprios.

de produção (Saes, 1998). Se o Estado antigo constituía a estrutura da dominação dos proprietários de escravos e o Estado feudal o poder da nobreza sobre os servos, no capitalismo, o Estado não pode reproduzir mecanicamente as velhas formas (Engels, 2019, p. 213). Apenas uma estrutura jurídico-política historicamente determinada articula a unidade estrutural que organiza e põe em funcionamento as formas específicas que garantem a reprodução das relações de produção.

Nesse sentido, ao modo de Lenin (2017), o Estado é uma “ditadura” que organiza a dominação exclusiva de uma classe. No entanto, como instituição, pode assumir diferentes formas de organização: ditatoriais ou democráticas. Importa destacar que a adoção de uma configuração democrática não altera a propriedade fundamental do Estado: seu caráter de classe. Como demonstra Saes (1987), a forma democrática emerge quando, além da burocracia, existe um órgão de representação da classe exploradora com capacidade de participar na implementação das políticas públicas.

Ocorre que, nas sociedades democráticas capitalistas, os indivíduos de todas as classes sociais têm seus direitos políticos formalmente assegurados. Trata-se de uma forma estatal particular, especialmente quando comparada aos Estados pré-capitalistas, cuja estrutura jurídica era explícita e funcionalmente adequada ao tratamento desigual aos desiguais. Neste caso, a questão central consiste em compreender os mecanismos pelos quais esse processo de diferenciação se efetiva.

Conforme Marx (2017), toda Economia relaciona o produtor direto, os meios de produção e a matéria-prima a ser trabalhada. A conversão desses meios em propriedade privada constitui a base para o estabelecimento de uma economia da sociedade de classes. Essa definição, contudo, não distingue os modos de produção pré-capitalistas e o modo de produção capitalista. Marx a identifica nos vínculos entre propriedade jurídica e posse efetiva dos meios de produção. Nos modos pré-capitalistas, essas relações não são homogêneas: o proprietário detém a posse jurídica, mas não controla diretamente o processo produtivo, sob direção do produtor direto. Nessas condições, a extração do mais-trabalho depende de formas de coerção extraeconômica – política, jurídica, militar. A forma específica pela qual o mais-trabalho não pago é extraído do trabalhador, que define a relação de dominação. Quando tal extração ocorre por meio de coerção extraeconômica das classes proprietárias, não se reconhece ao produtor direto qualquer esfera da vontade ou cidadania. Assim, os Estados pré-capitalistas configuram-se como instituições “particularistas”, sustentadas por um regime jurídico desigual, que exclui de seus processos internos a classe explorada (Boito Jr., 2007, p. 70).

No modo de produção capitalista, verifica-se uma homologia entre a propriedade jurídica e a posse efetiva dos meios de produção (Poulantzas, 2019). A separação na propriedade corresponde à separação na apropriação real: os produtores diretos, privados dos meios de produção, convertem-se em vendedores da força de trabalho em troca de um salário. Para que a acumulação capitalista se desenvolva de modo compatível com a dinâmica de compra e venda da mercadoria-força de trabalho, as relações sociais de produção devem abandonar mecanismos de coerção extraeconômica e assumir uma forma puramente “econômica” – um contrato, uma “troca entre iguais”. A dominação capitalista exerce-se sem coerção direta do capital, pois o trabalhador se apresenta “voluntariamente” ao mercado e troca sua mercadoria por dinheiro a fim de assegurar suas condições materiais de existência. Portanto, o Estado capitalista é aquele que proclama a igualdade entre os indivíduos e suas instituições burocráticas e representativas

podem ser formalmente abertas a todas as classes sociais. Em resumo, os aparelhos do Estado capitalista (executivo, legislativo, judiciário, forças armadas) podem acolher representantes de todas as classes sociais.

Contudo, embora as instituições representativas da sociedade capitalista apresentem composições heterogêneas, seus funcionamentos não articulam os interesses de toda a sociedade. Essas instituições operam como órgãos de representação da classe dominante, desde que, como demonstra Poulantzas (2019), se estabeleça a distinção entre interesses políticos e interesses econômicos. Ou seja, ainda que incorporem a participação de diferentes classes e acolham reivindicações econômicas dos trabalhadores, tais instituições jamais questionam as condições que garantem a reprodução das relações sociais de produção: o capital, a propriedade privada, a divisão do trabalho. Por esta razão, mesmo em sua forma democrática e dispondo de uma burocracia profissional aberta a todas as classes, o Estado permanece sendo o Estado da classe dominante, garantindo os interesses “políticos” da burguesia e a continuidade da dinâmica do capital.

ESTADO CAPITALISTA: ACUMULAÇÃO E LEGITIMAÇÃO

À luz do exposto, é possível avançar com duas observações centrais acerca do Estado capitalista. Em primeiro lugar, atua como representante máximo em garantir as condições necessárias ao funcionamento e à reprodução do modo de produção capitalista. Em segundo, está formalmente aberto à participação de indivíduos de todas as classes sociais. Dessa forma, enquanto “fator de manutenção e coesão da unidade estrutural de uma Formação Social” (Poulantzas, 2019, p. 56), o Estado possui papéis globais a cumprir: função técnico-econômica, função ideológica e funções sociais, indispensáveis para assegurar a continuidade do sistema.

A formulação de Poulantzas (2019) permite articulação com autores vinculados à escola marxista alemã, para os quais o Estado democrático no capitalismo empenha-se em reconciliar dois requisitos para funcionar segundo os parâmetros capitalistas: 1) oferecer as condições para acumulação do capital; e 2) manter a legitimação do sistema (O’Connor, 1977; Taylor, 1994).

Se, na forma ditatorial, cabe, exclusivamente, à burocracia definir e implementar as políticas públicas que atendem a esses requisitos, no regime democrático, essa responsabilidade é compartilhada entre a burocracia estatal e as instituições de representação política⁴, das quais participa toda a sociedade por meio dos mecanismos eleitorais.

Segundo Offe (1984, p. 123-125), o Estado capitalista constitui “uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material”, caracterizada por quatro elementos que regulam as relações de classe e asseguram a proteção dos “interesses gerais” no interior da sociedade: a) *privatização da produção*: o Estado opera segundo critérios próprios e formalismos jurídicos que limitam a participação do poder público na organização da produção material, reconhecida como atribuição da propriedade privada; b) *dependência dos impostos*: o poder público depende, através de mecanismos do sistema tributário, do volume da acumulação privada para

⁴ Segundo Saes (1998, p. 47), no Estado capitalista, a burocracia aberta a indivíduos provenientes de todas as classes constitui o mecanismo fundamental de criação da “representação popular”. Contudo, a depender do contexto histórico, como no caso da emergência do regime democrático, surgem variantes dessa representação, a “propriamente política”, que compartilha com a burocracia a responsabilidade pelo ordenamento das políticas públicas.

compor o orçamento estatal; c) *acumulação como ponto de referência*: sendo dependente do processo de acumulação, o Estado precisa assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico, assumindo despesas em benefício do capital, especialmente em investimentos de altos riscos à iniciativa privada, como a implantação de grandes infraestruturas e pesquisas científicas; d) *legitimação democrática*: representantes políticos e partidos só podem controlar o poder estatal mediante apoio político-eleitoral. Para direcionar os requisitos do processo de acumulação, torna-se necessário o ato de mobilização, que impõe a necessidade de legitimação perante as massas. Essa legitimação é operacionalizada pelo atendimento de demandas das classes trabalhadoras, sejam estas provenientes do “estômago ou da imaginação”.

O'Connor (1977) demonstra que, para cumprir a dupla função de acumulação e legitimação, os gastos estatais dividem-se entre *capital social* e *despesas sociais*. O primeiro estimula o processo de acumulação; o segundo garante a “harmonia social” e abrange áreas como saúde, educação e habitação. São barreiras nem sempre claras, justamente porque o sistema funciona dentro da lógica do capital. Como aponta o autor, pelo caráter contraditório do Estado capitalista, “quase todas as agências estatais ficam envolvidas nas funções de acumulação e de legitimação, e quase todas as despesas públicas têm esse caráter duplo” (O'Connor, 1977, p. 20). A construção de rodovias ou de habitações populares pode, para o capital privado, funcionar como subsídio à circulação de mercadorias e ao setor automobilístico, ou como estímulo à construção civil e aos ramos fornecedores de insumos. Para os trabalhadores, porém, o mesmo gasto pode sugerir que o governo se ocupa com o bem-estar geral e a geração de emprego. Nesse sentido, o Estado procura agir de modo a assegurar que cada cidadão seja integrado nas relações de troca (Offe, 1984, p. 125).

Entretanto, o que aparenta constituir um processo linear é, na realidade, atravessado por contradições estruturais. Identificam-se dois conflitos fundamentais no esforço estatal de mediar os imperativos da acumulação e da legitimação. O primeiro é o conflito capital-trabalho, ou *conflito interclassista* (Taylor, 1994). De um lado, agrupam-se interesses do capital na criação de condições que favoreçam o desenvolvimento da produção e a ampliação dos lucros privados. Para isso, o Estado é compelido a direcionar subsídios à produção e, em certas conjunturas, adotar medidas que restrinjam a capacidade organizativa dos trabalhadores, como políticas antissindicais, reformas da legislação trabalhista ou congelamentos salariais. De outro lado, sobretudo no âmbito das democracias, onde os produtores diretos constituem a maioria do eleitorado, emergem reivindicações da classe trabalhadora voltadas à elevação dos gastos sociais e à melhoria das condições gerais de trabalho.

Administrar de modo realista os determinantes dos conflitos torna-se central para compreender o Estado capitalista. Esta é uma das principais preocupações de sua burocracia e representação política, empenhadas em adequar os parâmetros da acumulação e legitimação. Um Estado/Governo com dificuldades em ajustar satisfatoriamente as relações de exploração e o fomento da produção perde legitimidade, abalando sua base de lealdades e apoios (O'Connor, 1977), desencadeando crises econômicas (acumulação) e crises políticas (legitimação). Para evitá-las, o Estado “deve assegurar que a força de trabalho seja empregável e empregada no mercado” (Carnoy, 2004, p. 174) e que os ganhos salariais sejam compatíveis com os custos de reprodução da força de trabalho. Simultaneamente, deve garantir que as taxas de lucro possam ser “suficientemente altas para promover investimentos e a expansão econômica crescente” (Carnoy, 2004, p. 174). Em outras palavras, o Estado deve buscar um ambiente seguro para evitar possíveis

“greves de investimento”, que podem atravancar a própria acumulação e prejudicar sua política de legitimação.

A segunda contradição manifesta-se no interior do próprio capital: o *conflito intraclasse*. A burguesia não constitui um bloco monolítico e seus conflitos originam-se na natureza concorrencial da acumulação capitalista. Mesmo quando o Estado intervém para administrar o conflito capital-trabalho, as medidas destinadas a fomentar o processo de acumulação encontram limites. As políticas econômicas não podem beneficiar de maneira homogênea ou com a mesma prioridade todas as frações do capital. Como demonstrado na abordagem de Poulantzas (2019), embora o Estado capitalista organize a dominação política da burguesia, isso não impede disputas no interior do *bloco no poder* entre frações dominantes interessadas em ampliar os benefícios econômicos derivados das políticas estatais⁵. O fato é que, dentro do curso do desenvolvimento capitalista em seu conjunto, tanto a burocracia estatal quanto os governos eleitos procuram responder tanto às condições conjunturais quanto ao gerenciamento da economia: política cambial, fiscal, de juros, política externa etc., favorecendo ou prejudicando, em maior ou menor medida, determinadas frações do capital.

Portanto, em virtude de sua estrutura, o Estado capitalista aparenta atuar acima dos conflitos interclasse e intraclasse, mantendo a dinâmica de reprodução do capital. E, em certa medida, como assinalam as correntes institucionalistas e pluralistas, é composto por um aparato de burocratas, técnicos e políticos profissionais que, diante de conjunturas econômicas específicas, têm a capacidade de formular estratégias de desenvolvimento adequadas a cada contexto, inclusive impondo perdas econômicas às frações da classe dominante.

É nesse cenário que o Estado se apresenta como um mediador autônomo e independente, colocado acima das lutas endêmicas da sociedade. No entanto, essa autonomia é relativa. Para que as estratégias de desenvolvimento capitalista sejam viáveis e ancoradas na realidade material, elas precisam, obrigatoriamente, considerar fatores como: a correlação de forças entre as diferentes frações do capital, a conjuntura objetiva do capitalismo (em escala nacional ou global), a dinâmica da luta de classes entre capital e trabalho, e as demandas oriundas da classe trabalhadora.

A burocracia estatal e a representação política possuem interesse na manutenção da estabilidade do sistema. Contudo, seu campo de ação é condicionado pelos conflitos de classe e, por isso, sujeito às limitações e dinâmicas próprias do Estado capitalista, inclusive àquelas que lançam classes e frações de classes dominantes em disputas no interior dos aparelhos do Estado. Por meio de seus representantes e porta-vozes, essas frações articulam-se politicamente para influenciar as decisões estatais, por isso mesmo não há razão para supor que tais frações estejam excluídas do processo eleitoral. Como demonstra Marx, em *As lutas de classes na França*, a formação da república e a ampliação do sufrágio universal consolidaram “o domínio da burguesia, permitindo que todas as classes proprietárias ingressassem [...] na esfera do poder político” (Marx, 2012, p. 34).

⁵ O fracionamento de classe é ao mesmo tempo um fenômeno político e econômico, na medida que, numa determinada conjuntura, uma fração da burguesia diferenciada no plano econômico, se organizou em torno de uma plataforma de reivindicações políticas específicas. Portanto, há várias possibilidades de constituição, emergência, desaparecimento e cruzamento de diferentes fracionamentos (Farias, 2009, p. 81).

O ESTADO SOCIAL-DEMOCRÁTICO-LIBERAL

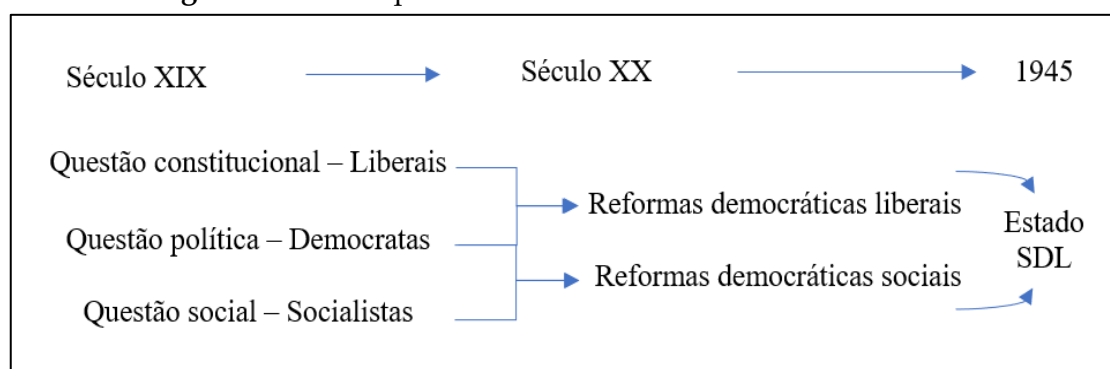
Para a compreensão de uma nova base teórica para a geografia eleitoral, Peter Taylor parte da contextualização de um novo modelo de Estado capitalista: o Social-Democrático-Liberal (SDL). Este modelo de Estado surge no centro do capitalismo mundial em meados do século XX e, ao contrário das concepções pregadas pelos liberais, não se trata de uma evolução natural do processo político instituído pelo liberalismo nos períodos anteriores (Taylor, 1994, p. 233). Na realidade, o início do processo de democratização do Estado é marcado por uma fase dos “liberais contra a democracia”, a verdadeira antítese da democracia burguesa.

Conforme aborda Losurdo (2004), os liberais defrontavam-se com o dilema decorrente de suas lutas contra o Ancien Régime. Se, por um lado o triunfo sobre a aristocracia lhes era benéfico, por outro, gerava o temor de que um regime democrático aberto às massas populares resultasse numa “tirania da maioria”, isto é, da mobilização dos produtores diretos contra a propriedade privada. A adoção do voto censitário constituiu a resposta a esse impasse ao restringir o acesso da classe trabalhadora aos direitos políticos. Essa estratégia, contudo, instaurava uma contradição na sociedade burguesa e uma encruzilhada ideológica em relação aos princípios de “*liberté, égalité, fraternité*”. Como assinala Saes (1987, p. 52), se “os membros de todas as classes sociais, exploradoras e exploradas, são declarados cidadãos no plano civil” torna-se inviável “para o Estado burguês, declarar politicamente cidadãos apenas uma parte daqueles que já o são no plano civil”.

Ademais, os argumentos evolucionistas da democracia liberal como fruto natural do progresso político esbarram na materialidade histórica. No início do século XX, diversas democracias constituíram-se em regimes ditatoriais, muitas delas instituídas pelas insuficiências das experiências liberais e como medidas emergenciais contra o “perigo vermelho”. Os fascismos na Itália e Alemanha, bem como as ditaduras de Salazar e Franco, em Portugal e Espanha, ilustram essa ruptura com a noção de um desenvolvimento linear do modelo liberal. Esse aspecto guarda similaridade com o caso brasileiro: após a instituição de um governo republicano de caráter democrático-liberal até o início dos anos 1930, o país experimentou alternâncias entre ditaduras e democracia (1945-1964) até a consolidação, em 1988, de uma nova forma democrática.

Em termos históricos, o fenômeno Social-Democrático-Liberal é algo relativamente recente e sua conformação em cada país decorre das contradições internas e das peculiaridades de cada formação social. De modo abstrato, Taylor identifica três principais conflitos fundamentais para a consolidação de um Estado SDL: 1) a “questão constitucional” pleiteada pelos liberais contra o Estado absolutista em defesa de um sistema de controle e equilíbrio constitucionais; 2) a “questão política” defendida pelos democratas, que postulavam o acesso de toda população às decisões do Estado e; 3) a “questão social”, abordada pelos movimentos trabalhistas e socialistas, que demandavam soluções para a pobreza e a distribuição de renda (Taylor, 1994, p. 232-233).

Esse conjunto de questões, representando as disputas e embates político-sociais travados, resultou, sobretudo após as guerras mundiais, na constituição de um Estado SDL, assimilado de forma singular por cada formação social. Ainda assim, pode-se identificar componentes comuns aos países que adotaram o modelo: sufrágio universal como forma de definir a representação política, sistema partidário pluralista, garantia de liberdades políticas, a construção de consensos e uma certa obrigatoriedade do Estado em promover políticas de bem-estar social.

Figura 1 - As três questões e o Estado social-democrático-liberal

Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

O novo tipo de Estado capitalista opera uma nova dinâmica no momento de definir representantes que irão administrar os aparelhos estatais. Trata-se da síntese de um processo dialético desenvolvido nas contradições e lutas no interior de uma sociedade de classes, cujas classes dominadas conquistaram direitos políticos. Poderíamos dizer, como Décio Saes (1998, p. 161), a democracia burguesa é “o resultado *deformado* de um processo de luta” que não corresponde às intenções iniciais da burguesia (como vimos acima) e nem do proletariado na medida em que se instaura uma democracia limitada pela própria lógica “representativa”.

Com a ampliação dos direitos de voto, os antigos partidos de notáveis, que no regime censitário davam ênfase às disputas entre as frações das classes dominantes, fundem-se aos partidos de massa que se encontravam em crescimento com a emergente organização da classe trabalhadora. Uma contradição interna ao regime democrático liberal que dará origem às novas organizações partidárias: os “partidos de representação” (Offe, 1984; Taylor, 1994). Neste sentido, o sistema político, como um todo, deverá estabelecer políticas congruentes entre acumulação e legitimação, sendo que a hegemonia de um partido em um determinado território passará pela resolução, ainda que temporária, dos conflitos principais inseridos na sociedade: os conflitos intraclasse (capital fracionado) e os conflitos interclasse (capital-trabalho).

Figura 2 - A dialética da política eleitoral

Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

Daí a necessidade de considerar a dupla articulação que os partidos desempenham no processo político: a *organização e a mobilização*. De um lado, cabe-lhes organizar o Estado em favor do atendimento dos programas da acumulação capitalista, o interesse prioritário das classes dominantes, de onde advém o conflito intraclasse; de outro, mobilizar a população no interior do regime democrático, concedendo a determinadas demandas e construindo uma “educação do voto”. Sob ponto de vista do Estado capitalista, as atividades desempenhadas pelos partidos são úteis na medida em que têm a função de organizar a política de Estado e mobilizar a população nessa direção. Além disso, em um sistema partidário competitivo, os grupos de oposição são percebidos como uma alternativa ao Governo, e não uma ameaça ao Estado.

Não é difícil de imaginar que a chefatura do governo não é algo tão aberto a qualquer candidato, nem algo ao qual qualquer pessoa possa aspirar. Trata-se de um processo cuidadosamente controlado, cuja condução é atribuída aos partidos de representação. Tendo em vista a diversidade de posições políticas e os conflitos existentes no interior da sociedade capitalista, os partidos de representação funcionam dentro da conveniência do mercado político. Segundo Offe (1984, p. 363), esta dinâmica exige “a maximização dos votos através do apelo ao maior número possível de eleitores e, em consequência, a minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado”. Em outras palavras, o sistema partidário atua de modo a simplificar, ao extremo, as alternativas e os partidos funcionam para domesticar conflitos que possam constituir ameaça ao Estado, ao mesmo tempo que impõe limites ao conteúdo da agenda, principalmente advindos do conflito capital-trabalho, que possam ser prejudiciais à acumulação capitalista como um todo (Taylor, 1994, p. 239).

É neste sentido que podemos afirmar que, ideologicamente, a constituição do sufrágio universal também contribui para a falsa ideia que, no Estado SDL, “todo o poder emana do povo”⁶, que a participação ampla de todos os cidadãos, bem como a atuação dos partidos de representação estariam orientadas para o interesse geral. Essa confusão é comum na interpretação da democracia representativa e omite que o Estado SDL, embora modifique a forma inicial da democracia liberal, permanece um Estado capitalista, cujos interesses estão voltados para a manutenção da hegemonia política e econômica das classes proprietárias.

Para concluir, no Estado SDL, há um sistema político que precisa operar a legitimação do próprio modelo de Estado, mobilizar a população em torno do ideal democrático e operacionalizar políticas de bem-estar social, elementos que, doravante, vinculam-se à *política do apoio*. Mas não apenas isso: o sistema partidário de um Estado capitalista apresenta interesses das classes e frações dominantes, devendo lograr a organização da economia e incentivar o processo de acumulação: a *política do poder*. Como podemos observar, no Estado SDL, um partido pode até enfatizar, em maior ou menor grau, essas duas políticas, mas não pode realizar somente uma delas. Uma vez no poder, ou na formulação de estratégias para conquistá-lo, precisa efetivar um determinado atendimento das duas políticas: a *política congruente*, condição necessária para obter sucesso eleitoral e assegurar a manutenção do poder. Como aponta Taylor (1994, p. 242), “a política do poder vem em primeiro lugar”, pois o processo de acumulação é o motor principal do sistema capitalista. Isso nos conduz à seguinte conclusão: mesmo quando políticas públicas são direcionadas ao conjunto/parte da sociedade, tal fato revela o funcionamento correlacionado da política de apoio com a política do poder. Nesse caso, toda política beneficiará uma fração dos

⁶ Artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

interesses dominantes, a qual pode realizar concessões e apoiar as ações do governo (ou partidos) para atrair eleitores e assegurar a continuidade do tipo de política econômica que a favorece.

A GEOGRAFIA DO APOIO

Como demonstrado, dois processos orientam o processo eleitoral nas sociedades capitalistas. Por um lado, há uma dinâmica conhecida e visível denominada política do apoio, cuja expressão territorial deriva na *geografia do apoio*. É fato que, no sistema democrático, nenhum partido ou candidato pode adentrar ao aparelho estatal e governar se não vencer as eleições. Para isso, é necessário realizar o ato de mobilização, no qual, em várias escalas geográficas, a população, mediante a agitação partidária, compromete-se com o processo de seleção do “pessoal” do Estado.

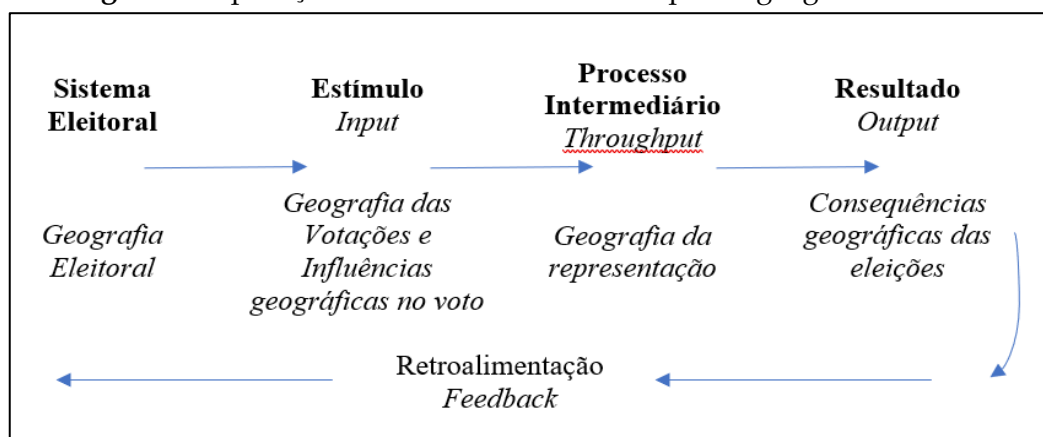
Neste contexto, Taylor (1994), buscando superar o caráter desarticulado da geografia eleitoral, expõe o funcionamento do modelo sistêmico baseado na teoria do sistema político de Easton (1965), reduzido a quatro elementos para a geografia eleitoral: 1) estímulo (*input*); 2) processo intermediário (*throughput*); 3) resultado (*output*); e 4) retroalimentação (*feedback*). Estes elementos estariam restritos à conformação da geografia de apoio, que é a própria lógica geográfica e aparente da cena política, buscando atender às três principais vertentes que compõem as investigações da geografia eleitoral: *i) geografia das votações* - mapeamento dos resultados eleitorais e análise dos padrões espaciais de votação a partir da correlação de variáveis socioeconômicas; *ii) as influências geográficas no comportamento do voto* - o contexto espacial e a interação social que precedem a decisão do voto: fluxos de informação, distribuição da população, efeitos de campanha, efeitos de proteção local e as características socioeconômicas; *iii) geografia da representação política* - aborda os aspectos espaciais da representação e organização das eleições, evidenciando as estratégias dos partidos e candidatos no processo eleitoral e durante o exercício do mandato, como também o processo de disputas territoriais, campanhas e distribuição de recursos para as localidades representadas (Johnston; Taylor, 2015, p. 21-23).

A geografia das votações e as influências geográficas no voto constituiriam o estímulo ao sistema (*input*), correspondendo, na proposta original de David Easton, aos apoios (*support*), às demandas (*demands*) e às instituições partidárias (*gatekeepers*), como o processo de entrada (estímulo) do sistema. A geografia da representação converte-se no processo intermediário (*throughput*), momento das tomadas de decisões e ações políticas dos representantes. Os efeitos geográficos dessas ações conformam o *output* do sistema. Finalmente, a “retroalimentação” (*feedback*), a parte complementar do processo, é a reconsideração dos atos políticos durante o exercício do poder, isto é, quando se mobilizam as campanhas eleitorais e a população (re)avalia as ações realizadas e as novas candidaturas para o próximo mandato.

Em termos práticos, o modelo sistêmico mostra que as eleições constituem uma representatividade da população assentada geograficamente, um contorno territorial da competição partidária (*input*). Desta maneira, partidos e representantes políticos atuam para beneficiar as localidades onde obtiveram mais votos ou foram eleitos, justamente porque para isso o foram, ou visam renovar e ampliar esses votos para eleições futuras (*throughput*). Um exemplo além da ação do poder executivo é a atuação do corpo legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais), que, geralmente, conta com maior apoio em determinada localidade. Além

de legislar, os parlamentares pressionam o poder executivo em benefício dos territórios que representam. Na mesma medida, utilizam os dispositivos das câmaras legislativas de forma a justificar sua eleição. Um bom exemplo são as “emendas parlamentares”, cuja atribuição é direcionar recursos para as áreas nas quais os agentes políticos assumiram compromissos durante a campanha.

Figura 3 - Aplicação de um modelo sistêmico para a geografia eleitoral



Fonte: Peter Taylor (1994). Adaptado pelo autor.

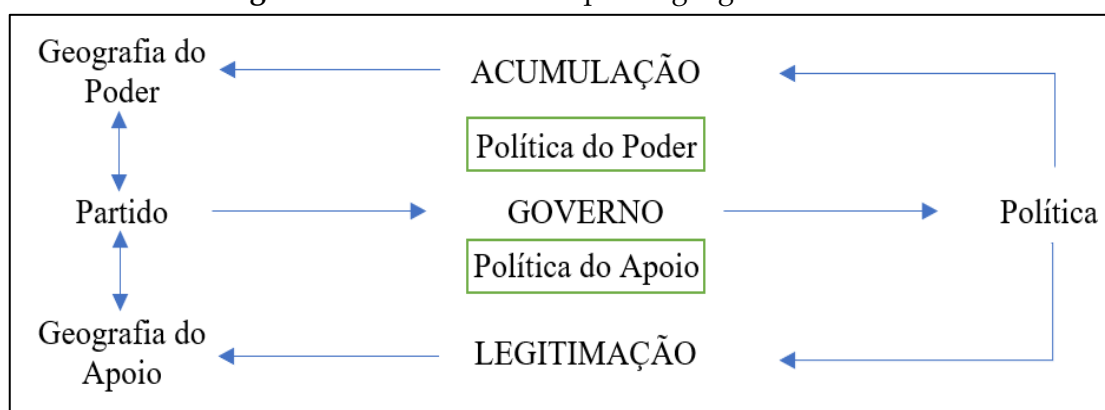
Da mesma forma, o corpo legislativo procura atuar em Comissões Parlamentares de maior interesse para as populações que representam, incluindo as discussões referentes a interesses locais, estaduais ou regionais. Essas ações, terão consequências geográficas (*output*), investimentos em saúde, projetos de desenvolvimento local/regional, infraestrutura, cultura e esporte, promovidos por parlamentares em seus estados e municípios. Por isso, produzem dividendos eleitorais que, em geral, são reinseridos no jogo político durante as campanhas eleitorais subsequentes (*feedback*), influenciando, inclusive, a arregimentação de alianças partidárias tanto para eleições parlamentares quanto as destinadas ao poder executivo.

A GEOGRAFIA DO PODER

Os componentes do comportamento eleitoral realizam seus efeitos e são fatores essenciais para explicar a distribuição geográfica do voto. Contudo, além dos pressupostos assumidos por parte das pesquisas da geografia eleitoral, Taylor (1994) aponta a existência de outra dinâmica em funcionamento, que deve ser analisada para compreender o contexto das eleições. Se, por um lado, a geografia do apoio é imprescindível para explicar as disputas eleitorais, por outro, há também a “geografia do poder”, derivada do processo de acumulação e objetivando o aparato do Estado, a fim de promover políticas que beneficiem a produção territorialmente localizada, tanto no interior das fronteiras nacionais quanto em sua relação com a economia-mundo e os interesses internacionais.

Na Figura 4, há uma síntese do modelo de Peter Taylor para a geografia eleitoral em contraposição ao modelo sistêmico anterior, baseado em David Easton.

Figura 4 - Modelo revisado para a geografia eleitoral



Fonte: Peter Taylor (1994). Elaborado pelo autor.

No modelo revisado, acrescenta-se a perspectiva da política do poder/geografia do poder e as ligações necessárias entre o sistema partidário/governo e o fomento do processo de acumulação. Observa-se, porém, que o modelo sistêmico (Figura 3) não é anulado na política/geografia do apoio: ele permanece operando, desde que se reconheçam, em paralelo, os interesses reais que sustentam o regime democrático. Portanto, não se trata de partidos políticos indiferentes ao modo de produção e ao conflito instaurado entre as classes dominantes pela redistribuição da mais-valia total, tampouco de simples “cidadãos-indivíduos-políticos” em relações interindividuais de poder. Trata-se de disputas que, em cada parte do território, buscam selecionar os partidos que melhor representem os interesses hegemônicos.

A problemática levantada por Peter Taylor decorre da necessidade de desmistificar a prática democrática na sociedade burguesa, sobretudo após o advento do Estado SDL e dos partidos de representação, que, com a consolidação do sufrágio universal, substituíram as antigas facções parlamentares que expressavam os interesses particulares da classe dominante, como os tradicionais partidos agrários, liberais ou conservadores. Ao analisar as elaborações dos estudos eleitorais contemporâneos, o autor salienta: “subitamente, os conflitos desapareceram, a história foi esquecida, e os partidos não passam de instrumentos para transmitir as preferências do eleitor e do candidato” (Taylor, 1994, p. 226-227).

Embora sem referência explícita a Marx ou a Poulantzas, que trataram diretamente da cena política na sociedade burguesa, Peter Taylor sugere, com a política do poder, expor aquilo que a estrutura do Estado capitalista oculta: que os partidos, ao menos os competitivos, representam os interesses primordiais da classe capitalista (Taylor, 1994). No *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011) já havia indicado que os conflitos entre as correntes políticas são confrontos que omitem (e, ao mesmo tempo, anunciam) os interesses de classe diante do Estado. As pretensas diferenças que moviam “legitimistas” e “orleanistas” pareciam fundadas nos valores que cada grupo professava. Porém, o que sustentava o conflito entre as frações não eram “os seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, [...] a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade fundiária” (Marx, 2011, p. 60).

Assim, o espaço onde se degladiam os partidos deve ser compreendido como o espaço “onde transitam e se mistificam interesses de classes nem sempre confessados” (Codato, 2011, p. 41). Como indica Boito Jr. (2007, p. 139), a cena política em Marx é como uma “superestrutura”

dos conflitos de classes, estas que “formam aquilo que poderíamos denominar a base socioeconômica da cena política”. Por isso, as disputas entre os partidos ou entre “elites políticas”, seja no interior dos aparelhos de Estado, como nas disputas eleitorais, devem ser vistas dentro de um contexto que unifique a cena política aos interesses sociais e econômicos presentes na sociedade.

Portanto, se a eleição é um processo que tem por objetivo determinar os grupos que irão controlar os aparelhos de Estado, sobre ela não é compatível uma análise que exclua a classe capitalista e a sua influência sobre o sistema político. Até porque, embora no regime democrático burguês as liberdades políticas e a organização partidária sejam formalmente um direito de todos os cidadãos, essas não são usufruídas da mesma forma por todas as classes sociais. Lênin já indicava, em *Como iludir o povo...*, que existe uma distribuição desigual de recursos políticos pela sociedade - dinheiro, meios de comunicação, educação, etc., - determinada pela desigualdade estrutural inerente ao sistema capitalista. Isso permite que a classe burguesa faça um uso mais intensivo dessas liberdades, uma vez que o poder econômico lhe garante maior acesso à organização da máquina partidária, à propaganda, à formação da opinião pública e à influência sobre as decisões governamentais (Saes, 1987).

O fato é que, no Estado capitalista, a concorrência entre os capitais tende a ganhar impulso em direção à esfera política, já que as frações da classe dominante, embora possuam interesses comuns de longo prazo (como a manutenção da propriedade privada e das condições de exploração da força de trabalho), também apresentam interesses específicos e conflitantes no médio e no curto prazos - o conflito intraclasse. Pela impossibilidade de o Estado/Governo atender a todas as demandas de forma prioritária ou na mesma medida, essas frações disputam o poder a fim de projetar seus interesses sobre as ações estatais. Isso indica que, nas eleições, na composição do governo e no ato de administração, essas classes e frações se ajustam aos partidos, buscando, conforme o caso, preservar sua posição por meio do apoio ao partido incumbente ou apoiar partidos de oposição capazes de atender prioritariamente aos seus interesses.

Portanto, o que se constrói na democracia burguesa não é apenas uma “geografia do apoio” popular, uma geografia do voto, mas também uma “geografia do poder”. As atividades produtivas, pelas próprias condições espaciais - naturais e socialmente construídas -, não se realizam da mesma forma em todo o território, nem se localizam nos mesmos lugares, o que indica a dispersão, a especialização e a hegemonia de determinados sistemas produtivos em algumas regiões em detrimento de outras. O processo eleitoral não pode ser pensado fora do contexto de uma formação socioespacial, seja nacional, seja regional, seja local. Se as formações socioespaciais constituem unidades globais com graus específicos de desenvolvimento, relações de poder e sociabilidade (Moreira, 2018), isso revela que, nas disputas políticas, coexistem classes e frações de classe; logo, também frações hegemônicas que utilizam seu poder em cada parte componente do território para instituir as melhores condições ao sistema acumulativo o qual estão integradas. Por isso, ao menos em Geografia, a análise eleitoral não pode prescindir da análise da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que ambos expressam a própria geografia das relações e dos conflitos de classes, sejam eles intraclasse (frações burguesas) ou interclasse (capital-trabalho), como nas tradicionais oposições *campo-cidade ou centro-periferia* (Lipset; Rokkan, 2001) que, em termos geográficos, podem indicar o fenômeno da divisão regional dos votos.

Os conflitos indicados por Marx entre “legitimistas” e “orleanistas” durante a II República Francesa, ou entre *Tories e Whigs na Inglaterra* (Marx, 2018), são exemplos dessa “geografia do poder”. Sabe-se que, no caso francês, esses “representantes” foram eleitos pelo sufrágio universal masculino, enquanto, na Inglaterra, pelo voto censitário. Para além das disputas partidárias, dos valores, sentimentos, ilusões, modos de vida e das várias máscaras utilizadas por esses representantes, Marx (2018) demonstra a relação objetiva entre esses “representantes políticos” e os interesses que efetivamente expressam. Naquelas conjunturas, os legitimistas, na França, e os *Tories*, na Inglaterra representavam os interesses de um recorte geográfico específico – o “campo” – isto é, a burguesia agrária e a propriedade fundiária, ao passo que os orleanistas e os *Whigs* representavam a “cidade”, os interesses do capital urbano (financeiro, industrial e comercial).

O caso dos Estados Unidos talvez constitua o melhor exemplo daquilo que deve ser visualizado pela geografia do poder. A historiografia evidencia que, em meados do século XIX, coexistiam no território norte-americano dois modelos antagônicos de organização social e de desenvolvimento econômico, os quais se materializaram, no campo político-eleitoral, na disputa entre os partidos Republicano e Democrata. Neste caso, caberia indagar se seria possível compreender as causas do *seccionalismo* eleitoral entre o Norte e o Sul, sem reconhecer a existência de uma política/geografia do poder. Sobre o período, os estudos censitários e eleitorais demonstraram que os padrões de votação eram, em grande medida, determinados por variáveis culturais, como a identidade étnica e religiosa dos eleitores. Além disso, nos períodos pré e pós-Guerra Civil, duas políticas culturais figuravam de modo decisivo no cenário político: “no princípio, a escravidão como uma questão moral e, no final, a abolição da mesma” (Taylor, 1994, p. 249). Tais questões mobilizavam debates sobre a “questão racial” e se refletiam diretamente nas bases de apoio dos partidos Republicano e Democrata, estabelecendo uma divisão geográfica da distribuição eleitoral entre o Norte e o Sul.

O interessante é que, nos EUA, até pela exacerbação dos conflitos e da Guerra Civil Americana, no plano macro, tudo fica mais claro, tornando mais evidente a forma que devemos visualizar a geografia do voto. Enquanto a massa de eleitores expressava nas eleições a sua cultura e, assim, eram mobilizados pelos partidos, os representantes políticos (ordinariamente das classes dominantes) rivalizavam por interesses econômicos, os quais disputavam, no interior do aparelho de Estado, o modo de inserção e de relação da economia norte-americana com o mundo. Os republicanos, enquanto representantes dos interesses industriais do Norte, defendiam o protecionismo econômico e os interesses da economia nacional; os democratas, sobretudo, representantes dos latifundiários do Sul, defendiam o livre comércio, pois os seus ganhos eram maiores na relação de compra-venda para o exterior, especialmente para a Inglaterra, do que na nova divisão territorial do trabalho que os situava como economia periférica abastecedora da indústria manufatureira do Norte (Marx; Engels, 2020). Com a vitória da União e com a integração econômica entre as duas regiões com padrões de desenvolvimento distintos, as classes dominantes no Norte e no Sul não constituíram uma união no sistema partidário. Logo, cada um dos partidos, no centro ou na periferia, reproduziram os interesses que se adequam à sua formação socioespacial e “impedindo”, com as armas que dispõem (ideologia, propaganda, reivindicações dos trabalhadores, etc.), a inserção do partido contrário à causa “justa” dos interesses dominantes e regionais.

Pesa o fato que as classes dominantes detêm o poder econômico, o que indica, no sistema capitalista, uma distribuição desigual de recursos políticos, inclusive aqueles relacionados ao financiamento de campanhas e ao controle do fluxo de informação pelo território. Nesse sentido, o poder dominante não se restringe ao ato eleitoral em si (*input*), mas se manifesta durante toda a conformação do sistema político-eleitoral (*throughput, output e feedback*). As classes dominantes detêm acesso e influência sobre a sociedade, especialmente por meio do sistema de comunicação, componente essencial para a construção da opinião pública. Isso indica que, durante o ato de governo, o sistema midiático fragmentado e não uniforme, bem como as diversas estratégias voltadas para a educação do voto, atuarão em cada lugar conforme os interesses da classe dominante, igualmente fragmentada. Por esses fatores, seus membros também exercem influência direta sobre a representação política local, estadual e nacional, seja pela capacidade de patrocínio político, seja econômico, interferindo no modo como agentes políticos constroem o conteúdo das políticas públicas, que em si, constituem a política do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a análise de Peter Taylor constitui um marco para a geografia eleitoral, ao supor uma certa separação entre o modo de organização da economia pelo aparelho de Estado e a defesa dos interesses das frações dominantes pelos partidos burgueses, de um lado; e a mobilização da população em relação à política eleitoral, de outro. Sabemos que a geografia do voto reflete as preferências da população e indica a hegemonia de determinado partido/candidato em territórios específicos. No entanto, destaca-se que essa hegemonia é produzida por uma relação entre a política/geografia do poder e a política/geografia do apoio.

Embora a geografia das votações tenha como aparência a relação “partidos-população-território” - a geografia do apoio -, representando a mobilização no período eleitoral, Peter Taylor demonstra que essa pretensa superfície omite a(s) geografias(s) do(s) poder(es), resultante(s) do constante embate entre as classes e frações dominantes pela redistribuição da mais-valia total. Em uma formação social, ocorre a emergência de diversas classes e frações de classes (dominantes e dominadas), e essas não se distribuem de forma homogênea pelo território, assim como a hegemonia de cada fração dominante varia em cada região ou lugar, a depender dos níveis e formas de organização particulares.

Cabe ao analista observar esta diversidade de interesses político-econômicos e os potenciais conflitos entre as frações dominantes, assim como as consequências das políticas de Estado: a quem serve e onde serve? Por isso, afirmamos que a geografia das votações só pode ser compreendida sob a perspectiva da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que a politização no território considera, necessariamente, as alianças e os conflitos que surgem pela (re)configuração dos diversos efeitos socioeconômicos gerados pelos diferentes espaços de acumulação, isto é, as reivindicações e demandas que estruturam as perspectivas da geografia do apoio (política de legitimação) e as perspectivas da geografia do poder orientadas à ampliação das oportunidades para a valorização do capital (política da acumulação).

Neste sentido, no Estado SDL, a nível de política eleitoral, o êxito de qualquer partido reflete a conjunção entre essas duas políticas/geografias - a *política congruente* -, buscando unificar

acumulação-legitimação. Por sua vez, o insucesso de um partido incumbente sugere que as políticas de acumulação ou legitimação não estão adequadamente alinhadas, configurando uma *política incongruente*.

Até hoje, grande parte dos estudos eleitorais tem se concentrado na política/geografia do apoio por conta, principalmente, da farta disponibilidade de dados, já que, para cumprir o papel de legitimação, o Estado opera com a transparência das informações eleitorais. Ao contrário, a análise da política/geografia do poder requer um olhar mais acurado sobre a conjuntura para além das eleições, até porque muito do que é decidido, baseia-se em ações realizadas “às portas fechadas”, encobertas pelos bastidores ou por discursos que camuflam suas intenções reais. No entanto, a política do apoio e a política do poder têm a mesma importância “para a boa marcha da democracia liberal”. O alerta de Peter Taylor é para não “descuidar de uma das duas pelo simples motivo de ser mais difícil de investigar”. Para o autor, o modelo reformado “reorienta a geografia eleitoral na direção da outra metade que tem sido descuidada, a geografia do poder” (Taylor, 1994, p. 243).

REFERÊNCIAS

- BOITO JR., Armando. **Estado, poder e classes sociais**. São Paulo. Editora Unesp, 2007.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas. Papirus, 2004.
- CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx. In: **Crítica Marxista**, n.º. 32, p. 33-56, 2011.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York. Jonh Wiley & Sons, 1965.
- DAHL, Robert. **Análise política moderna**. Brasília. Editora UNB, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2019.
- FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão do trabalho de Nicos Poulantzas. In: **Crítica Marxista**, n.º. 28, 2009.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.
- FREIRE, André. **Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica**. Oeiras, Celta Editora, 2001.
- GODIN, Robert. Las instituciones y su diseño. In: GODIN, Robert (ed.). **Teoria del diseño institucional**. Barcelona, Gedisa, 2003.
- JOHNSTON, Ron; TAYLOR, Peter. **Geography of elections**. New York. Routledge, 2015.
- LENIN, Vladimir. **Estado e a revolução**. São Paulo, Boitempo, 2017.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Estructuras de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales. In: BATLLE, Albert (org.). **Diez textos básicos de ciencia política**. Barcelona, Editora Ariel, 2001.

LOSURDO, Domênico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Escritos sobre a guerra civil americana: artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865)**. São Paulo, Peleja, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital - Volume III**. São Paulo. Boitempo, 2017.

MARX, Karl. As eleições na Inglaterra: Tories e Whigs. In: **Crítica Marxista**, n. 47, p. 127-133, 2018.

MILIBAND, Ralph. **O Estado da Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação**. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas. Editora Unicamp, 2019.

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Campinas, Unicamp, 1998.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State back in**. New York. Cambridge University Press, 1985.

TAYLOR, Peter. **Geografia Política: Economia, Mundo, Estado-Nación y Localidad**. Madri, Trama Editorial, 1994.